



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

2ª REUNIÃO DO GT DE FLUXOS E GARGALOS DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA.

Data: 11/09/2020 – 10h36m

A 2ª reunião do GT de Fluxos e Gargalos do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

Participantes: *Eduardo Paysan Gomes – Conselheiro do COMDICA (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Elizabete Ventura (Hospital da Mulher), Gisele Maria Belo (Secretaria da Mulher); Maria de Lourdes de Sousa (Fórum DCA Recife), Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCCA), Alessandra de Lima Araújo (Diretoria Executiva de Vigilância a Saúde do Recife); Josinês Barbosa Rabelo (CERCCA); Katia Pintor (CENDEHC); Gorete Vasconcelos (Childhood Brasil); Vanessa Karla Souza Pessoa (SDSJPDDH – Secretaria de Assistência Social), Giselly Pereira (Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente – DPCA) **Técnicos:** Angélica Araújo, Luiz Eduardo (Comunicação) e Roberta Sartori (Sociopedagógico).*

Apresentações

Esta foi à segunda reunião do GT de Fluxos e Gargalos do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência na modalidade online pela plataforma Google Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 10h36min.

Eduardo Paysan iniciou trazendo a informação de que a reunião coincidiu com a reunião que haverá com o Ministério Público no horário das 10h00min às 12h00min, para que seja apresentado este Comitê, sendo assim parte dos participantes que compõe a Coordenação Executiva precisará se ausentar desta reunião para participar com a do Ministério Público. Desejou as boas-vindas para os membros que estavam participando pela primeira vez.

Roberta Sartori iniciou se apresentando e solicitando que todos mantenham o microfone desligado, em caso de necessidade de fala, solicitar a inscrição através do chat para fazer as considerações e/ou perguntas. Informou ainda que toda reunião será gravada através de áudio e imagem e que precisará se ausentar para participar junto com alguns dos membros da Coordenação Executiva da reunião com o Ministério Público, mas que Luiz Eduardo junto com Angélica Araújo ficando responsáveis para acompanhar e que Luiz Eduardo está ajudando na sistematização das atas. Solicitou que todos os participantes fizessem uma breve apresentação

Encerrada as apresentações Eduardo Paysan fez um breve resgate de tudo que foi discutido nas reuniões passadas, explicando que esse Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção a Crianças e Adolescente Vitima de Violência, que foi estabelecido pela Lei 13.431 de 2017 e o Decreto 9.603 de 2018 que trata da escuta especializada e sobre o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, e que o espírito dessa lei é de evitar que crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência sejam revitimizadas, a fim de evitar que por cada um dos espaços que tiver que passar, onde revelam alguma situação de violência que foram vítimas ou testemunhas e que seja feita dentro dos conformes que a lei estabelece evitando sobreposição dessas ações, e que esse fluxo estabelecido, compreendido, disseminado na nossa Rede em Recife, e é por isso que temos uma composição ampla e diversa envolvendo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, **(falha no áudio)**, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal da Igualdade Racial, Conselho Municipal da Pessoa com deficiência, porque quando falamos na política da mulher, por exemplo, pode se referir tanto as meninas vítimas ou testemunhas quanto se tem as famílias, até quando a violência é contra mulher, rebate nas crianças e adolescentes. Também existem representações dos Conselhos Tutelares, na educação que identifica esses casos e o que vai fazer e como encaminhar. Houve uma reunião deste GT de Fluxos e Gargalos onde foram identificadas algumas questões que não funcionam tão bem como gostaríamos, ou de como esta funcionando atualmente. A Coordenação Executiva está elaborando um formulário virtual, sucinto e que será encaminhado para que cada instituição responda, para que seja feita a sistematização das respostas, e em seguida sejam criadas as propostas, lembrando que o Comitê não está partindo do zero no município

Rua Dr. José Mariano, Nº 228 – Boa Vista – Tel.: (0**81) 3355.4654, 3355.4655 – CEP: 50.060-293 – Recife – PE

E-mails: comdica@recife.pe.gov.br – COMDICA Lei 15.604/1992



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

do Recife, porque já houve outros processos de construção coletiva, focando na importância de ser um trabalho horizontalizado, construído por várias mãos, sendo desafiador lidar com essa diversidade, mas todo o grupo está muito focado e com isso se deixa um legado efetivo. Por isso, que houve um diálogo com o Secretário de Desenvolvimento Social, do município de Vitória da Conquista - Bahia, que já estão bem avançados em relação ao estabelecimento deste Comitê, chamando para a importância de pactuar com as instâncias superiores do sistema de justiça. Continuou informando que já ocorreu reunião com a Defensoria Pública de Pernambuco, Tribunal de Justiça de Pernambuco através da Coordenadoria da Infância e Juventude, com o Comando da Polícia Militar e conforme já mencionado, hoje será com o Ministério Público, pois se quer que todo esse processo seja realmente pactuados e assumidos por todos os órgãos que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente como compromisso institucional ficando o legado para a política pública. Estão em um período devido à prévia das eleições, com possíveis mudanças da sociedade civil dentro no COMDICA e agradeceu a disponibilidade e presença de todas/os. Solicitou que todas/os fizessem a leitura de todo o material compartilhado, para que tivesse o entendimento e identifique o seu papel dentro deste Comitê. Fez referência à pessoa com deficiência, que tem trazido muitas questões, além da expectativa com os representantes do Conselho Municipal da Igualdade Racial, por saber que crianças e adolescentes negros/os, diante da violência estrutural são dos mais vulneráveis, sendo importante que cada um possa perceber os diversos tipos de violências, seja física, psicológica, sexual e institucional que atingem as nossas crianças e adolescentes, que serão conduzidos na Rede do município do Recife, e mostrando confiança que esse trabalho possa ser disseminado em outros municípios através do Conselho Estadual. Solicitou aos demais membros da Coordenação Executiva para auxiliar no processo das discussões e continuidade em relação aos fluxos. Informou que Tanany Reis não está podendo falar, mas que colocou no chat, que foi verificado que talvez pudesse se dividir por especificidade dos fluxos de atendimentos e que já foi compartilhado com alguns a cartilha de fluxos de atendimento que foi construída para um evento em 2014 por ocasião da copa e que foi publicada pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, acreditando ser um ponto de partida para este Comitê, como se têm o material do Conselho Nacional do Ministério Público que também estabelece fluxos, olhando para a cidade e olhar para a cidade de Recife verificando se está adequado ou não, embora que temos o Centro Integrado da Criança e do Adolescente do Recife, mas alguns órgãos não integram fisicamente tornando sempre um desafio o diálogo com toda a Rede de Proteção. Então quanto mais participativos nessa discussão, possam se compreender enquanto uma grande Rede para esse cuidado e proteção das crianças e adolescentes.

Vanessa Pessoa solicitou que Angélica Araújo atualizasse o que já havia sido discutido, pois entrou atrasada por estar em outras demandas.

Angélica Araújo explicou que no mesmo momento, estava acontecendo uma reunião com o Ministério Público e que Eduardo Paysan e Roberta Sartori precisaram se ausentar da reunião, mas que Tanany Reis que faz parte da Coordenação Executiva, estará acompanhando este GT e que até o momento foi feita a apresentação dos participantes. Tanany Reis informou que a Coordenação Executiva havia se reunido na semana anterior a esta e que haviam discutido a necessidade de fazer um levantamento sobre as instituições que compõem essa Rede de Enfrentamento de Violência Sexual, onde foi construída uma proposta de formulário, tendo como objetivo que as instituições recebam, porque dará uma ideia de como as instituições se enxergam hoje, como também na operacionalização e materialização nessa ação de enfrentamento tendo em vista o que a legislação coloca. Informou que o formulário está quase finalizado e até o final do dia será enviado para Eduardo Paysan, para que ser repassado às instituições. Disse que é importante falar, que as reuniões da Coordenação Executiva com as instâncias conforme acordado. Na semana passada, ocorreu a reunião com a Defensoria Pública de Pernambuco e Tribunal de Justiça de Pernambuco, e hoje conforme já foi falado, com o Ministério Público com a representação enquanto Coordenação Executiva de Eduardo Paysan e Maria de Lourdes de Sousa, na perspectiva de sensibilizar as altas instâncias de construção e fortalecimento da proposta deste comitê. Disse ainda que Kátia Pintor, Augusto Souza e Josinês Rabelo, podem falar um pouco também, pois ambos participaram das reuniões.

Augusto Souza disse que a reunião com Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi bastante proveitosa, interessante e muito necessária, pois tiveram a oportunidade de dialogar com o Desembargador que é responsável pela área da infância, que assumiu no mês de fevereiro essa posição, logo antes a pandemia do COVID-19, então o Desembargador ainda não estava totalmente inteirado de tudo o que estava acontecendo, todo movimento de implementação da lei, da discussão desse grupo, mas o que se tem de resultado da reunião, é que o Tribunal de Justiça de Pernambuco tem uma equipe técnica que trabalha especificamente da parte de depoimento especial bastante articulada e que o Tribunal de Justiça de Pernambuco está aberto a fazer parte dessa conversa, para integrar melhor os fluxos e se colocarem totalmente a total disposição de trabalhar com o Comitê no espírito da implementação da lei. Então, foi uma reunião de apresentação do Comitê e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mostrando quais são as responsabilidades, o que



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

cada um tem feito hoje dentro desses fluxos de atendimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O Tribunal de Justiça de Pernambuco tem um papel dentro desses fluxos que eles já desempenham hoje, e agora estão abertos para conversar como podem ser os novos papéis a partir da própria lei, no sentido de melhorar o que já existe.

Tanany Reis informou que na reunião com a Defensoria Pública, participaram duas defensoras, Dra. Maria Carolina Rossiter e Dra. Carolina Izidoro, ambas designadas pelo Defensor Geral, que irão acompanhar e compor o comitê, não sabendo se ficou decidido na reunião com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e que apesar da própria Tanany Reis seja do Tribunal de Justiça de Pernambuco, está representando especificamente o CRIAR Varas de Crimes, mas a representação da Coordenadoria da Infância e Juventude não sabe se chegou a ser discutida, e se ficou acertado será ótimo. No tocante a Defensoria Pública, as duas defensoras Dra. Maria Carolina Rossiter e Dra. Carolina Izidoro irão participar do comitê.

Vanessa Pessoa coloca que Dra. Carolina Izidoro é muito atuante inclusive no Socioeducativo, sendo uma profissional de referência, com uma sensibilidade de muito grande, e será muito importante na discussão do Comitê.

Augusto Souza respondendo a Tanany Reis, que a Coordenadoria da Infância e Juventude requisitou bem esse espaço de articulação, falaram que as comunicações fossem passadas por eles e que querem estar inclusos, querendo se apropriar e fazer parte dessa discussão.

Tanany Reis ressaltou que a equipe técnica é muito boa, e de fato a coordenadoria tem o papel de fazer essa articulação, apontar as capacitações pelas quais os magistrados devem passar, sendo de fato estratégica a participação deles. Em relação à Defensoria Pública de Pernambuco, também se mostraram bastante disponíveis, sendo um ganho muito significativo ter feito esses contatos e essas articulações com essas altas instâncias superiores assim como foi sugerido por Augusto Souza, esperando que se tenham também essa adesão do Ministério Público.

Augusto Souza perguntou a Gorete Vasconcelos se foi à primeira reunião que ela participou deste Comitê, e que estava falando sobre ela com Benedito dos Santos na semana que passou.

Gorete Vasconcelos respondeu positivamente, e que inclusive foi o Michael de Farias – Secretário de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista-Bahia, que perguntou se estava participando do grupo, porque com junto a ele, Benedito dos Santos e Itamar fizeram a formação da Rede e também do depoimento especial, tanto em relação para a construção dos fluxos da escuta protegida como do atendimento especial. Estiveram no processo formativo em Vitória da Conquista-Bahia, e Roseane Moraes também falou foi quando entrou em contato com o Comitê.

Augusto Souza explicou que ainda estão no começo do trabalho, e esse GT especificamente está fazendo como primeiro exercício, um mapeamento do fluxo hoje na cidade do Recife, então tentando entender qual o papel que cada organização, cada serviço, cada parte dessa engrenagem tem funcionado hoje, seja porta de entrada, seja referenciamento, seja no meio do caminho, seja no próprio atendimento, como esse fluxo hoje está acontecendo na cidade do Recife. Foi feito o formulário online e gostaria de saber se Katia Pintor está online, para saber como o formulário online está, para se ter o mapeamento por escrito.

Gorete Vasconcelos informou que olhará o formulário, por não ter tido tempo de analisar o material enviado e que será importante consolidar uma Rede existente em Recife articulada.

Tanany Reis perguntou se os membros concordam em fazer da seguinte forma: o formulário foi visto por algumas pessoas e que, ainda não está fechado e que Eduardo Paysan colocou algumas observações e mais algum membro. Encaminhará para Eduardo Paysan na data de hoje, com as observações, propondo enviar para as instituições na segunda-feira dia 14/09/2020 e pactuando um tempo para que todos respondessem, e quando acontecesse o pleno do Comitê, fosse possível obter essas respostas sistematizadas para apresentação.

Vanessa Karla informou que não recebeu esse formulário, e perguntou se será disponibilizado no grupo do whatsapp do Comitê.

Tanany Reis explicou que o formulário será fechado ainda na data de hoje 11/09/2020. Disse ainda que se pensou em um formulário bem geral, que permitisse entender qual o papel de cada instituição nessa Rede, até para que se identifique eventualmente alguma sobreposição para que façam os ajustes necessários, mas a ideia é que seja de reconhecimento das atividades e dos desafios que estão postos, e como é apropriada por cada instituição dada a vigência da Lei e o Decreto. Então não se trata de algo elaborado, mas que guiará para organizar melhor as ideias, inclusive na perspectiva de estruturar os mini fluxos por eixo e no fluxo maior que daria conta no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Propôs fechar o formulário e encaminhar para Eduardo Paysan até o final da tarde, se comprometendo a encaminhar para as instituições na segunda-feira 14/09/2020 estipulando um tempo para receber esses, para quando fosse à reunião do pleno, fosse feita a apresentação dos dados sistematizados e organizados.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Vanessa Pessoa pensou que fosse algo referente a um instrumental de verificação, mas que será feito esse levantamento em relação ao papel de cada um, e que a partir desse diagnóstico poder traçar um plano de intervenção para o grupo.

Tanany Reis perguntou a Angélica Araújo se tinha o cronograma das reuniões, para que fosse visto a data do próximo pleno do Comitê, para verificar se terá tempo suficiente para apresentação da sistematização referente às respostas dos formulários, ou seria no pleno seguinte.

Angélica Araújo informou que está previsto o pleno do Comitê para o próximo dia 25/09/2020.

Tanany Reis colocou que se for enviado na próxima segunda feira dia 14/09/2020 com o retorno das respostas enviadas pelas instituições até sexta feira dia 18/09/2020, teria tempo para sistematizar as respostas e serem apresentadas no pleno do dia 25/09/2020, e pergunta se Augusto Souza acha que seria possível.

Augusto Souza concordou com que seria possível a sugestão colocada por Tanany Reis, sugeriu para a reunião de hoje, que na verdade foi uma sugestão da reunião que ocorreu na semana passada, que enquanto não se tem os formulários que as instituições irão preencher o seu próprio papel diante do fluxo, de como se percebem dentro do fluxo hoje, trouxe como ideia ir ouvindo e talvez de forma mais detalhada quem já tem um papel fundamental nesse fluxo, aproveitando a presença de Vanessa Pessoa, considerando que a mesma coordena o CREAS, sendo uma peça tão fundamental nessa engrenagem, caso haja disponibilidade aproveitando 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de fazer uma apresentação de como o CREAS tem trabalhado com criança e adolescente vítimas e testemunhas de violência, por onde elas costumam chegar, para onde o CREAS referencia posteriormente, como é a relação com os CRAS, Conselho Tutelar, Polícia, sendo muito importante enquanto Comitê ouvir a perspectiva do papel do CREAS enquanto instituição nesse fluxo hoje.

Vanessa Pessoa explicou que o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, atuando no risco social. Existe uma diferença entre risco e vulnerabilidade, estando sempre em discussão com a Rede, pois muitas das vezes há uma incompreensão, porque a vulnerabilidade atua na prevenção e o risco social é quando o direito já está violado, por este motivo que CREAS é o carro chefe da violação do direito, sendo o que difere o CREAS do CRAS. Expôs sua preocupação quando a DPCA na última reunião falou desse fluxo com o CRAS e o CERCCA, que está mais presente com o CRAS, por ser a porta de entrada para prevenção, pois muitas vezes são no CRAS que as situações são apresentadas por ter uma capilaridade maior no território para que as famílias se aproximem desse equipamento, mas o referenciamento deve e precisa ser no CREAS. O CREAS possui duas equipes especializadas que dialogam com essa temática que se propõe para melhorar esse fluxo em Recife que é o PAEFI que se iniciou como um programa, mas hoje ele é um serviço continuado dentro da assistência social que é o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Tem como missão de contribuir com a proteção social das famílias que estão em situação de risco social, as violências como um todo, à mendicância, a negligência, situação de rua, maus tratos, abandonos, tudo que se configura uma violação de direito seja ela para o público infante juvenil (crianças e adolescentes), adultos e para a pessoa idosa. Ressaltou a importância de que o PAEFI não acompanha apenas as famílias do Recife no público de criança e adolescente, mas tem uma capilaridade maior, pois atende as famílias como um todo, incluindo a pessoa idosa. Além disso, tem a Medida Socioeducativa em Meio Aberto nos CREAS, onde os adolescentes e jovens que são sentenciados pela Vara Regional que precisam cumprir uma medida de socioeducativa em liberdade, sendo também responsáveis pela Medida Socioeducativa em Recife enquanto CREAS. Têm ainda um terceiro serviço, mas que é voltado para a população idosa e com deficiência, que não dialogam com Comitê. Então seriam o PAEFI e a medida Socioeducativa os dois serviços principais do CREAS que dialogam com essa temática de criança e adolescentes. Hoje em dia se tem o entendimento da importância da notificação, de quando se demanda que inclusive houve algumas discussões com a professora Valera Nepomuceno, que tem solicitado do CREAS esse dados, e que muitas vezes os casos não chegam, estampado com a violência ou exploração sexual eles chegam por outras situações como negligência, situação de rua, mas não chegam diretamente com a condição de violência e muitas vezes no decorrer do acompanhamento do psicossocial, que é composta por analista da assistência social, psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais, então no decorrer do acompanhamento é identificada a violação de direito mais voltada para questão do âmbito da violência e, muitas vezes a equipe do CREAS é a que faz a junto a Rede. O fluxo hoje da notificação e o que se encontra que foi a pergunta feita por Augusto Souza. O CREAS tem um fluxo direto, que foi discutido com o CENDHEC e com o Conselho Tutelar, então primeiro o equipamento de notificação do fluxo de violência é com o Conselho Tutelar. Criou-se um fluxo interno que demanda para a DPCA em paralelo, tendo o entendimento que violência é crime se tratando também com a sensibilidade de incluir a DPCA.

Augusto Souza perguntou se os fluxos existentes com o Conselho Tutelar e a DPCA diretamente encontram-se assinado, escrito, um documentado ou seria uma prática do dia-a-dia.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Vanessa Pessoa explicou que foi construído um fluxo está incluso no Projeto Técnico Político - PTP, com o CENDHEC e um processo formativo, que faz parte do Comitê. Quando recebeu a equipe do CREAS, foi feita uma ponte através de uma provocação do próprio CENDHEC, para estar formando a equipe, visto que a equipe de contratados chegou sem muita experiência. Colocou que esse regime contratual da assistência é um pouco preocupante, tanto que provavelmente em dezembro de 2020, poderá ocorrer o concurso público, para contratação de quase 100 (cem) analistas em assistência social, educadores, assistentes sociais e psicólogos, para que se tenha uma equipe de carreira, o que é muito importante, para que dê continuidade. Fizeram todo processo formativo com estes analistas, não sabendo se grande parte deles permanecerá ou não, por conta do concurso que está previsto. Apesar de ser bastante importante ter servidores de carreira, sabe-se que acaba perdendo o grupo que já está em formação. Respondeu a pergunta feita por Augusto Souza, que foi elaborado um documento do CREAS que é chamado de Projeto Técnico Político (PTP), e dentro desse projeto existe esse fluxo de como o CREAS atua nas situações de violência, sendo este um fluxo do CREAS e não um fluxo consolidado com tantas instâncias como está sendo proposto no Comitê, mas foi discutido na época com o CENDHEC, Conselho Tutelar e com a DPCA, porque também passaram por processos formativos na DPCA com a equipe que chegou ao CREAS, estando dentro do PTP, tanto que quando é feita a inscrição dos CREAS no COMDICA, o Conselho exige esse PTP, sendo ele legitimado na condução dos trabalhos dos CREAS. Sempre existe um diálogo com o Conselho Tutelar e a DPCA não apenas com um dos órgãos. Vanessa Pessoa justificou que esse diálogo precisa ser feito com os dois, devido à ausência de respostas que muitas vezes acontecem, precisando falar também do que não funciona, estando o grupo com essa finalidade. Muitas vezes não se tem as respostas do que está sendo feito na notificação, o que tem causado uma inquietação, porque as intervenções das equipes de acompanhamento se dão na expectativa de garantir um plano de acompanhamento familiar na assistência social, então vai se trabalhar fortalecimento de vínculo familiar, convivência comunitária, inserção aos direitos sociais, autonomia e renda, pois a assistência tem foco muito importante na garantia da autonomia e nos programas de transferência de rendas: Programa Bolsa Família, SINCOM e os benefícios eventuais, ou seja, condições materiais para que essa família tenha condições de cuidar de seus bens, sendo importante falar qual o lugar da assistência social na perspectiva da garantia do direito da criança e adolescente vítima de violência, estando para garantir proteção social que se adquire com a perspectiva de garantir a segurança pensada para essas famílias conforme a política da assistência e autonomia da convivência social e renda e articular o sistema de garantia de direitos, sendo esse também o papel da assistência social. Articular o sistema de garantia de direitos é dar visibilidade a tudo aquilo que não está sendo visto, sendo a assistência social provocadora das demais políticas e demais órgãos do sistema de garantia de direitos, porque o CREAS trabalha na articulação, sempre sinalizando o que não funciona ou o que será preciso para chegar nessa família, tanto que um dos princípios da assistência é formar esse destinatário da política alcançar as demais políticas, é dar luz e provocar a visibilidade daquela família que muitas vezes está sem acesso aos direitos sociais. Sabe-se que a violência está muito relacionada à ausência de condições materiais nas famílias, além do abuso e a exploração sexual como moeda de troca de adolescentes que estão sem renda, que estão envolvidos no tráfico que por muitas vezes só tem essa alternativa, por isso muito importante a articulações com programas aprendizagem profissional, com acesso a emprego e renda, com as políticas estruturantes de emprego e renda de Recife. Vêm sempre nesse compromisso de fazer articulações e poder promover esse acesso fazendo com que essas famílias sejam enxergadas por estas políticas. No tocante a notificação, esta é feita, mas tem um retorno muito frágil, tanto que tem o GT de Risco que é um grupo Intersetorial, que o CREAS coordena e são feitos diálogos de casos com várias políticas, onde são chamados para uma discussão de casos mais complexos para que sejam compartilhadas as responsabilidades, porque a nossa alçada está proteção social, mas, a situação de violência das crianças não é só da proteção social, não sendo só de responsabilidade desta política. Por isso a necessidade de trazer esse compartilhamento das outras políticas. Como já foi citado, existem situações de suspeitas de abuso e exploração, uma situação de crime que o CREAS vai acompanhando as famílias, inserindo nas políticas sociais básicas, mas que precisa da devolutiva da DPCA e do Ministério Público. Então esse caso que foi crime e foi notificado, gerou processo? As pessoas suspeitas foram ouvidas? Então, não se encerram os processos, eles ficam estagnados, ficando em suspenso com a equipe da assistência social até que seja destravado o trâmite do sistema de justiça, que é outro problema precisando que se fale sobre isso. A notificação é feita, mas a atuação do sistema de justiça está muito aquém de uma celeridade necessária para garantir de fato a proteção social a essas crianças e adolescentes e suas famílias. Muitas vezes, devido à morosidade dos processos essas crianças têm sido acolhidas, o agressor e/ou suspeito não tem saído do domicílio rapidamente, sendo uma problemática muito séria que precisa ser muito discutida. As Notificações ainda são um tabu dentro das equipes, porque para se fazer notificação precisa isentar o nome do profissional que faz a notificação, porque existem medos de poder falar sobre isso. No próprio GT de Risco que é o grupo de trabalho que se dialoga as situações mais graves de risco social, que até o próprio Conselho Tutelar para falar de uma área de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

exploração social solicitou que não fosse indicado que era o próprio Conselho Tutelar que estava falando, inclusive tinha um comissário da DPCA na discursão que levou essa informação da exploração sexual, informalmente porque não poderia informar quem estava falando. O Conselho Tutelar passou todas as informações bem detalhadas, mas enquanto instituição não houve notificação, ocorrendo de forma informal no GT de Risco e o comissário ficou de encaminhar para DPCA para a investigação, sendo este um ponto da notificação muito frágil ainda dessa Rede, por este motivo que se deve dialogar, sempre na defesa de existir um formulário único da notificação inclusive preservando os nomes dos profissionais e preservando também as informações que estão neste formulário. Com relação à escuta que o CREAS vem fazendo, desde que essa Lei saiu, vêm se tendo uma preocupação muito grande de poder fazer esse entendimento com a equipe, pensando qual o lugar da assistência nesse local, nesse lugar da proteção. O CREAS não pode preencher lacunas de serviços que não funcionam, onde o papel é de escuta protetiva e fazer uma escuta também dessa criança e adolescente, mas em uma perspectiva que não seja da inquisição, que não seja da escuta para coletar informação para depoimento, ou para caso de instrução processual. O CREAS tem dialogado, inclusive bastante a 02 (dois) anos atrás, qual a Lei saiu, houve formações, e que a equipe tem o entendimento do que é o seu lugar, o que cabe, mas falta ainda essa articulação maior com o sistema de justiça para que consiga ser mais efetivo, por que alguém terá que fazer e levantar os elementos de prova, quem vai fazer e de que forma, Sendo preciso se discutir sobre isso, porque quando gera processo, o juiz só atua com prova concreta e enquanto REDE existe muita fragilidade nessa identificação da prova, que inclusive poderiam ser considerados os relatórios da equipe da assistência social, mas que ainda se cobrado provas ainda mais contundente para que haja intervenção mais incisiva para o afastamento e penalização do agressor inclusive quando é agente público, que muitas vezes os próprios agressores são agentes públicos (policiais civis e militares), que muitas vezes entram nas comunidades e causam esse tipo de violência não se tendo retaguarda suficiente para dar conta dessa demanda, tanto do socioeducativo quanto do PAEFI, porque ainda existem adolescentes que são espancados na comunidade, que tem casas invadidas e inclusive por agentes públicos, sendo situações que ocorrem no cotidiano, são escutas que a equipe tem dessas situações e sabe-se que o fluxo com a Corregedoria ainda é muito frágil. A assistência tem discutido através do Plano Socioeducativo do Recife um fluxo com a Secretaria de Direitos Humanos da assistência para que o Centro de Referência Margarida Alves, que é um Centro de Defesa instituído dentro de direitos humanos, seja a porta de entrada para costurar esse dialogo, acreditando que o grupo não irá falar apenas de crianças e adolescentes vítima numa perspectiva dentro de uma área protetiva, mas também do socioeducativo. Falar do socioeducativo escuta-se muitas demandas das violências que são institucionais causadas pelos agentes públicos que tem coagidos muitas famílias a pagarem algum tipo de dinheiro para que os meninos entreguem os traficantes da comunidade, e durante a pandemia do COVID-19, o CREAS têm colocado muitos adolescentes no programa de proteção por conta disso. Tem se discutido na Comissão do SIMASE – Sistema Municipal Socioeducativo a construção de um fluxo mais assertivo para os programas de proteção a vida, tem um diálogo importante com o município e o estado, mas que ainda não é consolidado como um fluxo direto de acesso ao PPCAM – Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçados de Morte, além de outra que inclusive o COMDICA está acompanhando, inclusive haverá uma reunião esse mês para desenhar melhor esse fluxo de dois programas de proteção referente a esse posicionamento mais acessível dos programas de proteção, acreditando que esse grupo também precisa se debruçar na questão do socioeducativo, que os jovens e adolescentes de comunidade do Recife tem sofrido muita violência institucional por policias, sendo preciso falar sobre isso, pois não é um ponto que é dado visibilidade, mas o CREAS está disponível para dialogar. A UNICEF através de Fernando Silva irá fazer uma escuta com os adolescentes sobre essa temática, e um dos jovens que o CREAS indicou está sendo coagido a entregar a pessoa responsável pela boca de fumo da comunidade e foi preciso colocá-lo no programa de proteção a vida. Mas também se tem avançado bastante, porque é importante também se falar do que esta acontecendo de positivo é nos GT'S de Risco pelo fato de articular as políticas e terem essa agenda junto aos GT'S de forma permanente é um importante avanço, pois se tem a Saúde, Ministério Público, DPCA, CREAS, CRAS, as Varas Secretaria de Direitos Humanos todos dialogando nos GT'S. Nesses GT'S costura um movimento de compartilhar responsabilidades com todos os atores da REDE, saindo cada um com sua tarefa de casa a partir daquele caso individualizado e dialogado no sentido de estreitar os acessos e os direitos das famílias. Discussão da aprendizagem profissional precisa ser discutida bastante neste grupo, porque sabe que quem está sendo aliciado pelo tráfico, os meninos e meninas que estão sendo envolvidos em situação de exploração e violência, perpassa a questão da renda, perpassa também a questão educacional, perpassa também a questão profissionalizante, sendo preciso debater bastante sobre isso, porque as crianças precisam ter retaguarda no sentido de emprego e renda para seus pais, como também retaguarda de acesso à profissionalização, porque se percebe como são facilmente copitados dentro das periferias, com relação à ausência de profissionalização e acesso a aprendizagem profissional. Existiu um programa em Recife o Vira Vida, que tinham a missão de fazer o trabalho educativo com as meninas em especial às envolvidas na exploração sexual, e recebiam uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

bolsa significativa de um salário mínimo que tinha uma proposta de profissionalização que era muito assertiva coordenada pelo Sistema S, ficando essa lacuna na Rede de Recife, porque era um acesso bem importante e uma oportunidade transformadora na vida dessas jovens e que hoje o CREAS tem tentado costurar um fluxo mais acessível com aprendizagem profissional, mas ainda muito lento no sentido de incluir a população de risco social ou pessoal, não apenas o público da vulnerabilidade e o público do ensino médio, mas também o público do ensino fundamental que inclusive é este que está sendo tratado aqui sendo o mais acessível a situação de violência. Demonstrou contentamento em relação ao edital que o COMDICA lançou, onde a Instituição Fé e Alegria sendo aprovada na primeira etapa do processo, e com isso possa construir um fluxo mais acessível e dar prioridade a esse público de violência, podendo costurar com essa instituição que está sendo beneficiada, sendo essa a torcida, podendo conseguir incluir o público na aprendizagem profissional e ver o quanto é transformador esse acesso. A equipe CREAS faz acompanhamento, sendo importante demarcar esse lugar, as instituições fazem atendimento, porém o CREAS faz o acompanhamento por ter uma orientação da normatização da assistência que fala, cada analista, cada técnico social precisa acompanhar até 20 (vinte) famílias. No PAEFI na medida socioeducativa, primando pela necessidade do acompanhamento e pela saúde do trabalhador, porque trabalhar com casos como esse não é fácil e que se não cuidar da saúde mental da cabeça do trabalhador, eles não dão conta. Tem tentado uma discussão com a Secretaria da Assistência, para fazer esse cuidado com a saúde do trabalhador. Os trabalhadores do CREAS têm acompanhado 15 (quinze) famílias nesse nível de complexidade, mas tem tentando amadurecer a equipe para que cheguem em 20 (vinte) famílias, porque tem uma demanda de fila de espera, porque se sabe que no CREAS tem uma lista de espera para o PAEFI não para medidas socioeducativas. Essa tentativa de convencer as equipes para atender 20 (vinte) famílias por profissionais, e tentado também garantir um formato de atendimento no primeiro momento, porém devido a essa pandemia fez repensar nessa metodologia de trabalho colocando o atendimento como alternativa para os casos de espera, então encerrou o caso da espera e estão no esforço de atender todas as famílias no sentido de acolher as famílias no CREAS, acessar os benefícios eventuais, garantir o auxílio emergencial, garantir alimentação, caso esteja com Bolsa Família suspenso, garantir aquele mínimo acesso à renda e a sobrevivência nesse período pandêmico. A Secretaria teve autorização de ampliação dos benefícios eventuais para os CREAS, tem recebido doações importantes da UNICEF como kits de limpeza, higiene onde todos os meninos e meninas da medida socioeducativa receberam, creme dental, escovas de dente, com um estojo bem organizado, com isso se tem tido a garantia de acesso aos benefícios eventuais em uma maior amplitude neste período da pandemia, sendo importante para as famílias de baixa renda. Com essa modalidade de atendimento, conseguiu zerar a fila de espera para o PAEFI e tentado garantir algumas prioridades para o acompanhamento do PAEFI, então, crianças e violências de 0 (zero) a 06 (seis) anos não ficam na espera no CREAS, atendendo com a máxima prioridade de acordo com o que está posto no Estatuto da Criança e Adolescente, atendendo o que está posto no Marco Legal da Primeira Infância, iniciando rapidamente o acompanhamento. Precisou dar esta devolutiva, porque a fila de espera do CREAS já foi muito falada e que causou uma inquietação na equipe dos CREAS, porque se sabe que criança e adolescente é prioridade, não podendo esperar as situações graves que chegam, então repensou de acompanhar e atender, para que o processo fosse mais célere. Vanessa Pessoa disse ainda, que poderá está divulgando Plano de Acompanhamento Familiar, que possui um instrumental, tem ainda o prontuário SUAS que é o nosso balizador do acompanhamento indicado pelo Ministério da Cidadania, pensado pelas universidades, pactuados em conferências que é a matriz do acompanhamento familiar no prontuário SUAS, é o que norteia o planejamento da intervenção da assistência. Criaram também um plano de acompanhamento familiar, com os caminhos que as equipes têm que percorrer para atingir os objetivos da política da assistência no que diz respeito à autonomia, convivência, renda e proteção social, disponibilizando o compartilhamento desses instrumentais que hoje é a base do acompanhamento familiar para que a Rede possa entender um pouco como é a metodologia de trabalho do CREAS, que tem como missão de articular essa Rede, mas também com o trabalho de pensar educação social na assistência, refletir e trabalhar de forma coletiva, uma ressignificação de valores para essas famílias, que muitas vezes passaram por situação de violência e que só conseguem reproduzir isso, tendo um trabalho coletivo importante nos CREAS. Tem o Núcleo de Educação Social formado só por educadores sociais que tem uma rotina de discutir de direitos humanos dentro da assistência, dentro dos CREAS. Então refletir uma mudança de postura e de cultura também é papel da assistência, por conta da pandemia não podem fazer grupos, mas fazem grupos com adolescentes que estudam direitos humanos, trazem as inquietações da comunidade para refletir um pouco com a equipe CREAS, para discutir também o funcionamento e avaliação do serviço, discussão da maioria penal, então a equipe trás calendário social como referência e a cada mês fazem uma discussão com esses adolescentes e jovens, discute-se a violência contra a mulher com os meninos da medida socioeducativa, pensando junto com eles as temáticas, como também com as famílias do PAEFI, com as famílias da violência, sabendo que a adesão é muito menor, e que no geral os meninos da medida socioeducativa, tem uma responsabilidade com a medida maior e que



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

aderem com mais frequência e que os do PAEFI nem tanto, porque é preciso chegar a essas famílias, sendo muitas vezes famílias que violam os direitos de seus membros, até porque foram violados, sendo mais difícil trazer para uma roda de discussão, porém o CREAS tem tentado trazer para participar e tem havido a participação, situação de rua, mendicância, trazer essa família da mendicância para um grupo do CREAS, quando a mãe se ver nesse lugar de que sabe que está fazendo algo que é errado mas é a alternativa que ela tem é difícil e desafiador para equipe, mas tem tentado também fazer esses grupos com essas famílias e que tem conseguido desenvolver bem com apoio das Universidades, tendo a Escola de Conselhos da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE como parceira para o socioeducativo, tendo linhas de financiamento através de emendas parlamentares que foram feitas junto com o CREAS no ano passado para o socioeducativo e que estão se planejando a fazer para o público de situação de rua que iria fazer esse ano, mas ocorreu pandemia. Disse ainda, que esses grupos são pensados com as Universidades, tendo o setor de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE bem alinhado com o CREAS Cordeiro, com os residentes e com a equipe da Universidade, pensando grupo com responsável pela RPA-04 onde está localizada a UFPE, tem recebido vários pesquisadores de várias linhas para fazer trocas com as equipes dos CREAS, os residentes da saúde participam do GT de RISCO, Núcleo de Apoio à Saúde das Famílias – NASF, que tem contribuído bastante com trabalho em Rede, sendo tão importante e fundamental para que avance no que está posto para a política da assistência.

Angélica Araújo fez a leitura do chat referente à pergunta feita por Tanany Reis: Como você vê a ampliação e o fortalecimento da assistência com o sistema de justiça? Vanessa Pessoa colocou que, a Vara tem dialogado com os CREAS em alguns casos e que desde o início quando a Lei foi lançada, teve o privilégio de estar presente com a Deputada em Brasília, escutando experiências dos Centros de Atendimento Integrados às Vítimas de Violência, vieram especialistas dos Estados Unidos, onde se deu o início do atendimento integrado vindo posteriormente para o Brasil. Disse não ver outro caminho melhor para estruturar esse fluxo se não for instituindo um Centro de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência. Recife já apresenta a fragilidade da DPCA, pois se sabe que não funcionam 24 horas para vítima. Existe uma Rede de Gestão Plena nas várias políticas setoriais (assistência e saúde), tem uma capital com grande índice de violência, mas também com uma Rede protetiva muito potente que servem de referência para outros Estados, o CERCCA, IMPLAC, enfim serviços que estão a anos consolidando a sua trajetória, organizações sociais de peso de Recife, assistência social também, o CICCIA Cidadania é fruto de muita discussão na militância de Recife e também do sistema de justiça. Colocou ainda, que a consolidação de um Centro Integrado vem fortalecer a ausência de celeridade das respostas e o tempo dessas famílias que às vezes é tão cansativo de ir à DPCA depois ir ao IML, voltar para o serviço fazendo com que muitos desistem no meio do caminho, sendo cansativo também para os profissionais, tem profissionais do CREAS que acompanhou caso de abuso, precisando passar um dia inteiro dentro da DPCA, depois seguir para o IMPLAC, sendo também uma queixa do Conselho Tutelar. Se houve um local que concentrasse toda essa demanda e todos esses atores fundamentais para garantir celeridade nesse rito processual, garantir a contra-referência para os serviços e as famílias, acredita que se avançaria bastante em Recife, sabe-se que não se tem rubrica para isso, pois uma Lei sem rubrica é um problema, mas se tem os serviços estruturados, fazendo a defesa que o SUS e o SUAS precisa estar fortalecido nos territórios, pois são as políticas públicas principais nessa retaguarda, na oferta de serviços essenciais para essas familiares. Vanessa Pessoa colocou ainda, que estruturando esses Centros conseguiria avançar, pois têm os servidores, estes só precisariam estar alocados no serviço, se tem o Ministério Público funcionando, a saúde com o Hospital da Mulher funcionando com a coleta de provas, com atendimento psicológico. Falar de atendimento ambulatorial em Recife de psicologia, não consegue avançar sobre isso, só se tem o CERCCA para dar conta de todo o contexto de Recife, sendo insuficiente, não conseguindo atingir em 100% a demanda. Em sua opinião, reforçou a necessidade de se ter um Centro de Referência que tivesse um diálogo com o sistema de justiça, com representante do IMPLAC, com todos os atores dessa política emergencial presente na notificação e com o fluxo mais assertivo com os equipamentos territoriais (assistência e saúde) nos territórios, mas que no primeiro momento há necessidade de ter essa congregação desse serviço conforme a Lei e o Decreto trazem. Lembrou-se de uma fala de Augusto Souza fala que é um desafio e um sonho de todo o município, mas que acredita ser possível, porque quando se escuta outros municípios que conseguiram estruturar inclusive municípios menores que Recife, consegue perceber que é possível não precisando de tanto orçamento, mas de prioridade para a política da primeira infância que consta na Constituição, sendo prioridade absoluta a criança e ao adolescente, e poder pensar enquanto Rede em um serviço de cobertura de 24 horas, porque se tem uma fragilidade na DPCA, inclusive falado por Giselly Pereira nessa cobertura no atendimento do atendimento 24 horas para crianças e adolescentes vítimas, então porque não pensar nisso, amadurecer essa ideia, escutar quem faz parte desse leque de equipamento que fazem parte do primeiro atendimento emergencial, consta na Lei é assertivo, aceleraria a contra-referência, sendo esse o caminho enquanto Comitê possa estar trilhando.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Angélica Araújo informou que a reunião se encerrará às 12h: 00min conforme acordado e que se alguém mais quiser a fala, sinalizar através do chat para inscrição. Augusto Souza disse que durante a fala de Vanessa Pessoa anotou alguns pontos, colocando que a mesma tem uma visão tanto da prática do que é a realidade, quanto uma perspectiva de direitos, onde essas duas coisas se encontram e desencontram a partir da assistência sendo muito importante a fala, tendo a certeza enquanto Comitê se aprendeu bastante com tudo que foi trazido por Vanessa Pessoa. Um dos pontos que mais marcou, é pautar a disputa por esses adolescentes contra o tráfico, porque quando se fala de risco social, vulnerabilidade social, está se falando sobre isso na prática do território. Está se falando em disputar a vida desses adolescentes e que muitas vezes em outras capitais não só em Recife obviamente, nem só o Brasil, isto é um problema mundial, se perde essa disputa e ganhar essa disputa em um lugar de cultura, sociedade, passa por um lugar de direitos, passa por um lugar de educação, passa por um lugar de trabalho e renda conforme a fala de Vanessa Pessoa. Quando se fala no objetivo do Comitê que está falando de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas e que isso inclui adolescentes socioeducando está se falando dos adolescentes que estão mais em risco e que se perde esta disputa, pois está se falando das famílias de menor capacidade de serem resilientes, que enfrentam maiores desafios no seu dia a dia e que veem no ciclo onde não existe essa ideia de que esses vínculos sociais ou essa ruptura não é algo que acontece do dia pra noite, mas esse é um processo histórico muitas vezes geracional de pobreza, de violência, a de vulnerabilidade, onde se faz uma analogia como se fosse uma bola de neve, que vai descendo uma montanha e não consegue parar essa bola de neve, e só vai ver quando esse adolescente já é estatística do socioeducativo, da vítima do homicídio, do confronto da polícia e muitas vezes já tarde demais, principalmente quando está se falando do homicídio. Colocou ainda, que a assistência tem esse papel fundamental de ser um ator chave em interromper essa bola de neve, e que quando esse comitê se propõe até um olhar Intersetorial sobre a criança e adolescente que é vítima ou testemunha de violência, que é uma criança e adolescente que já teve seu direito violado de alguma forma, está se falando também em reduzir os índices de violência de forma mais ampliada, porque se trabalha com essa criança e adolescente que está em situação de vulnerabilidade, está em situação de risco, está se trabalhando de forma mais estruturante sobre as causas e consequências da violência, por isso este comitê é tão estratégico. No tocante do GT de Risco, falou que foi uma antecipação deste comitê, a partir da necessidade prática que o CREAS tinha da discussão dos casos e resoluções dos casos e acompanhamento das famílias. O GT de Risco vai continuar existindo sempre porque ele é uma necessidade prática, mas comitê vem tentar olhar por cima deste GT de Risco no sentido de olhar a partir de uma perspectiva estruturante, a partir da perspectiva da política, a partir da perspectiva dos Decretos, dos fluxos, de como melhora esse dia-a-dia e essa realidade. Outro ponto importante que Vanessa Pessoa falou sobre a necessidade de fortalecimento do SUAS de forma geral e pensando nas eleições que se aproximam no Brasil inteiro, lembrou que o Fórum DCA Recife, historicamente faz uma carta de princípios e pede a assinatura de todos possíveis candidatos à prefeitura do Recife relacionado a direitos de crianças e adolescentes, o fortalecimento do SUAS, a Lei 13.431, fortalecimento das políticas de assistência, CRAS, CREAS, a construção de um possível Centro Integrado, tudo isso devia ser um ponto de advocacy tomando como lição interna do UNICEF que trabalha no Brasil inteiro e para levar a outras cidades do semiárido também e que provavelmente tem algum plano de comunicação pra tentar divulgar e fortalecer propostas a todos candidatos e prefeituras de capitais aqui do nordeste. Pensando para próxima reunião: a grande diferença é de que já terão alguns resultados do preenchimento dos formulários, sendo um ponto muito importante. Como geralmente se tem 1h30min de reunião, trouxe como sugestão que fosse dedicada a hora final para discursões e debates a partir dos resultados dos formulários preenchidos. Deixou o convite para a próxima reunião por cerca de 30 minutos a Alessandra Araújo se poderia fazer uma apresentação na perspectiva da saúde como a que Vanessa Pessoa fez hoje do CREAS.

Alessandra Araújo respondeu que tem disponibilidade para fazer a apresentação. Augusto Souza explicou que na próxima reunião os primeiros 30 (trinta) minutos iniciais, seja com a apresentação da saúde a luz do que Vanessa Pessoa apresentou na perspectiva dos serviços que você atende, de como é o fluxo hoje de forma mais detalhada incluindo gargalos, desafios, como Vanessa Pessoa trouxe do contra – referenciamento, no final da reunião se sobre os dados apresentados e também as análises preliminares dos resultados dos formulários preenchidos por todos na próxima semana. Alessandra Araújo disse ser interessante a ideia de Augusto Souza, mas que na área da saúde pela complexidade, seria importante também ter a fala de um dos serviços, por exemplo, temos o Centro de Referência no atendimento a crianças e adolescentes nessas questões de violência, que é o CERCCA, porque no local em que atua tem a função central de notificação e acompanhamento dessa tramitação dessa violência, de capacitação, de implementação do que hoje se tem da notificação. Na questão da notificação, vem trabalhando na lógica dos protocolos que já se tem na saúde, Portaria 485 (salvo engano) que existe desde 2014, que já estabelece a questão dos fluxos, reforçando a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

importância de um serviço da saúde fazer uma apresentação também e trouxe com exemplo Josinês Rabelo do CERCCA, que faz parte deste Comitê e que poderia estar fazendo essa apresentação, complementando de como se daria essa atenção na prática. Completou que entraria com a apresentação mais geral, com que se tem de fluxo, a Lei ressaltando a questão da notificação que é muito importante dentro dessa questão do fluxo que vai ser estabelecido que ela permaneça seja até aprimorada, porque hoje não é novidade que a subnotificação é grande. Angélica Araújo informou que no próximo dia 18 (dezoito), sexta-feira a Coordenação Executiva do Comitê tem reunião e no dia 25 (vinte e cinco) será o pleno do Comitê, então a apresentação de Alessandra Araújo ficará para o mês de outubro, que ainda será feito o novo calendário.

Fica definido que para a próxima reunião:

- Resultados dos Formulários;
- Debate e Discursões que é a proposta de Augusto;
- 30 minutos de fala inicial com Alessandra Araújo e Josinês Rabelo do CERCCA;

Elizabeth Ventura representante do Hospital da Mulher do Centro de Apoio a Vítimas de Violência Sony Santos que recebe crianças a partir de 10 (dez) anos com 45 (quarente e cinco) kg. No tocante a fala de Vanessa Pessoa da intenção de ter um Centro Integrado onde estivessem todos os atores, da política de emergência, a deixou emocionada, porque está no Sony Santos desde que foi fundado a 04 (quatro) anos diz que é possível, mas que falta vontade política para fazer acontecer. Sony Santos tem a diarista de segunda à sexta-feira com a carga horária de 08 (oito) horas, e quem chegar dentro desse horário vai ter a sua queixa policial formada lá dentro, não precisando ir para a Delegacia, mas infelizmente aos sábados e domingos se chegar uma criança, terá que ir ao DPCA. Todos os recursos de coletas o Sony Santos tem, mas ao longo desse tempo por várias vezes visualizaram o legista precisar ir ao IMPLAC, porque estavam convocando para alguma coisa e ele não ficava lotado especificamente lá, porque o Sony Santos atende violência psicológica, emocional, física e essa quantidade dessa violência muitas vezes ultrapassa a violência sexual, então o legista fica aguardando violência sexual para atender e não tendo, ele é chamado o tempo todo para o IML e ele tem que se deslocar. O ideal seria que os legistas não precisassem sair e que tivesse esses profissionais 24 (vinte e quatro) horas, com funciona o Sony Santos, mas esses profissionais nos sábados e domingos não estão. Mas mesmo assim, se tem toda forma de alcance ligando, informando que está encaminhando uma criança, solicitando que a receba da melhor forma possível. O Sony Santos é uma realidade e um formato que existe apenas ele no país, um dos primeiros, que é possível fazer sim e tem muito profissional bom e treinado.

Vanessa Pessoa demonstra a sua satisfação na fala de Elizabeth Ventura, diz que várias situações se perdem na notificação, e que se não for o setor de Serviço Social que notifique às vezes a próprio médico não faz. Situações gravíssimas que terminam não tendo o desenrolar, justamente por essa necessidade de celeridade dos órgãos, onde cada um terá uma missão naquela atuação. Então, quanto mais poder concentrar os órgãos e eles se comunicarem de forma célere, que é o que Lei trás. Alguns municípios trazem essa prática do Centro para algumas políticas, tem política de saúde que coordena o Centro, tem outros espaços que são dentro do judiciário, tem outros espaços que é dentro dos espaços da assistência, então isso pode ser assumido por uma política para coordenar ou pode ser assumida por todas ao mesmo tempo. Hoje se tem em Recife o CICCA que poderia ser esse espaço de referência, ou ser na própria política de saúde. Disse ainda que tem profissionais capacitados e que é preciso fazer o que está na Lei.

Angélica Araújo encerrou a reunião deste GT e lembra que o pleno do Comitê será no próximo dia 25 (vinte e cinco) às 09:00 horas, agradecendo a todas e todos a disponibilidade.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às. 12h20min

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

Técnica responsável: Roberta Sartori

Relatoria: Luiz Eduardo

05/11/2020